

**CONSTRUINDO UM LUGAR DE MORADIA EM MEIO AO LIXO,
A RISCOS E ESTIGMAS:
o bairro Parque Santa Cruz, em Goiânia (GO)**

***CONSTRUCTING A DWELLING PLACE AMONG THE WASTE,
THE RISKS AND STIGMAS:
the Parque Santa Cruz neighborhood (Goiânia, Brazil)***

Arthur Pires Amaral
Universidade Federal de Goiás

Resumo

As discussões presentes neste artigo se fundamentam em estudos, no campo das Ciências Sociais, sobre os processos de construção, seleção e aceitabilidade de riscos. A partir de uma pesquisa etnográfica no bairro Parque Santa Cruz, em Goiânia-GO, eu pretendo analisar as percepções de risco de diferentes atores sociais responsáveis por definir a habitação naquele espaço urbano. Apesar do reconhecimento jurídico do bairro, em 1985, e das obras de urbanização, seus imóveis foram construídos por cima de toneladas de lixo aterrado. É o Parque Santa Cruz uma área de risco? Ao refletir sobre a polissemia do conceito de risco, eu também discuto alguns desafios metodológicos encontrados, durante o meu trabalho de campo, na tentativa de analisar as diferentes vozes que abordaram essa questão.

Palavras-chave: Parque Santa Cruz (Goiânia-GO), risco, percepção de risco, estigma

Abstract

The discussions presented in this article are based on anthropological and sociological studies about the processes of construction, selection and acceptability of risks. Through ethnographic research in the Parque Santa Cruz neighborhood (Goiânia, Brazil), I intend to analyze the risk perceptions of different social actors responsible for defining the housing at that urban space. Despite the legal recognition of the neighborhood in 1985, and the urbanization, their homes were built on top of tons of grounded waste. Is the Parque Santa Cruz neighborhood a hazardous area? Reflecting on the polysemic concept of risk, I also discuss some methodological challenges encountered in attempting to analyze the different voices that have addressed this issue, during my fieldwork.

Keywords: Parque Santa Cruz (Goiânia-GO), risk, risk perception, stigma

Introdução

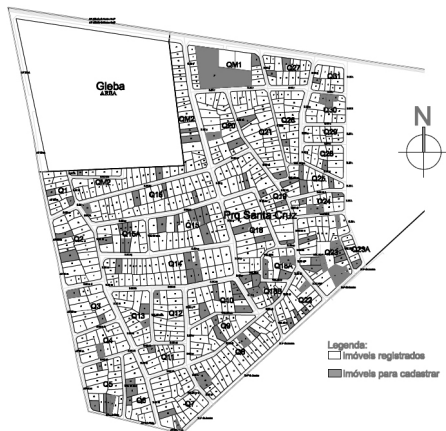
A pesquisa etnográfica que subsidiou as análises realizadas neste artigo se fundamenta em estudos desenvolvidos no campo das Ciências Sociais sobre a construção social de riscos, suas múltiplas formas de percepção e aceitabilidade (Douglas e Wildavsky, 1983; Douglas, 1991, 1986 e 1996; Beck, 1993; Castiel, 1996; Freitas, 2006). Estes estudos trazem importantes reflexões acerca da dinâmica política e das relações de poder envolvidas no debate entre as percepções especialista e leiga de riscos, as quais são expressas por diferentes personagens e interesses concorrentes. Considero aqui o conceito de ‘risco’ como o eixo central articulador dos dados e argumentos apresentados nas páginas seguintes, responsável por colocar em evidência um dos bairros da cidade de Goiânia (GO): o Parque Santa Cruz.

Localizado na região Sudeste da capital, as narrativas sobre suas origens remetem a uma época em que o terreno, então de propriedade do Estado de Goiás, era um grande lixão. No final dos anos 1970, centenas de famílias pauperizadas, vindas de outras regiões brasileiras e de outras cidades goianas, e sem condições financeiras de arcar com os custos do aluguel em Goiânia, começaram a tomar posse daquela área. Demarcando os próprios lotes com arame farpado, as pessoas iam aos poucos erguendo suas casas em meio a montanhas de resíduos a céu aberto. Entre os esforços físicos empreendidos nessa tarefa e os incômodos gerados pelo lixo em decomposição, na primeira metade dos anos 1980, as tentativas do poder público local de remover a população da (não antes) considerada ‘área de risco’ marcaram, igualmente, a transformação do lixão em um lugar de moradia.

Em 1985, o parcelamento do solo e o loteamento da ocupação foram finalmente aprovados pela prefeitura de Goiânia, e, com isso, escrituras começaram a ser entregues aos moradores. Vinte e cinco anos mais tarde, a Agência Goiana de Habitação (AGEHAB)¹ deu início à regularização fundiária dos lotes que ainda permaneciam irregulares. Encerrava-se assim o longo processo de inserção das famílias do Parque Santa Cruz na cidade legal. Por outro lado, a urbanização do bairro não resultou na retirada, no tratamento ou em um monitoramento do lixo aterrado sob os imóveis construídos. Como boa parte desse lixo presente no Parque Santa Cruz é constituída por materiais orgânicos, ao sofrerem decomposição eles liberam gases, formando vazios no interior do solo. Consequentemente há uma acomodação da terra, a desestabilização da fundação de imóveis e, por fim, a constante formação de rachaduras em paredes e pisos². Somados a esses problemas, há uma possível contaminação da água tratada – em razão do rompimento da encanação – e o mau cheiro no bairro em dias quentes, logo após um período chuvoso, lembrando a alguns moradores que gases (inflamáveis) estão sendo formados no interior do solo.

1 Com a participação conjunta da Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA), da Prefeitura de Goiânia e do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO).

2 A este respeito ver Marcos (2010).



Mapa I: Planta de loteamento do Parque Santa Cruz. Destaque (em cinza) aos lotes cadastrados pela AGEHAB para a concessão de escrituras

Fonte: AGEHAB (outubro/2010). Modificado pelo autor.

Embora os estudos sobre a construção social de riscos, levantados neste artigo, abordem problemas e contextos sociológicos distintos, todos eles me conduziram a duas considerações essenciais. Primeira: ainda que o saber técnico-científico advogue para si a possibilidade de uma gestão objetiva e neutra de riscos, ancorada em cálculos estatísticos, a maneira como as pessoas convivem com o perigo, o percebem e reagem a ele está intimamente relacionada aos diferentes sentidos subjetivos atribuídos ao risco, às maneiras como cada organização social e cada cultura lida com as ameaças aos seus valores coletivos mais preciosos e, por fim, às disputas de significados envolvidas na elaboração daquilo que é 'seguro' ou 'perigoso'. Segunda: as pessoas atribuem sentidos ambivalentes às ameaças a sua saúde, a sua moradia e ao meio ambiente, de forma a buscar uma identidade vinculada ao lugar onde vivem e redefinem constantemente. Nesse processo, elas selecionam os perigos que devem ser priorizados ou, então, minimizados, e imprimem marcas sociais ora de identidade, ora de diferença.

À luz das perspectivas teóricas e empíricas abertas pelas obras supracitadas, minha etnografia propôs algumas questões que serão problematizadas ao longo do texto. A saber: Com o reconhecimento jurídico do Parque Santa Cruz, as autoridades públicas passaram a classificar a moradia sobre o lixo como segura? De que modo técnicos, especialistas e agentes políticos definem/definiram a habitação no local? Afinal, a população do bairro está, ou não, sujeita a riscos associados ao lixo em decomposição há quase trinta anos? Essas ameaças são percebidas pelos moradores? Se não são, por quê? Quais fatores presentes em suas experiências cotidianas no lugar são considerados perigosos?

Para responder a esses questionamentos, entre novembro/2010 e setembro/2011

realizei um trabalho de campo no qual foram entrevistadas 28 pessoas. Dentre os atores sociais abordados por mim estão moradores do bairro, um ex-gerente de regularização fundiária da Agência Goiana de Habitação e um sociólogo e docente da Universidade Federal do Maranhão, que morou e atuou junto à comunidade do Parque Santa Cruz nos primeiros anos da ocupação. Meus dados também foram obtidos através de pesquisa documental nos arquivos do Centro de Documentação/Organização Jaime Câmara (empresa privada de comunicação, filiada à Rede Globo, com sede em Goiânia), da Divisão de Biblioteca e Documentação e da Divisão de Topografia e Cartografia (ambas da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo - SEPLAM), e nos sistemas de busca *on-line* disponíveis nos sites do jornal *Diário da Manhã* e do Ministério Público de Goiás. Além dessas fontes, recorri aos arquivos digitais contendo os registros de boletins de ocorrências policiais, referentes a crimes ocorridos no Parque Santa Cruz e em bairros vizinhos, entre os anos de 2006 e 2010. Estes registros foram sistematizados pela Diretoria Geral da Polícia Civil de Goiás e fornecidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Este artigo foi elaborado a partir dos resultados apresentados em minha dissertação de mestrado (Amaral, 2012) – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Ao fornecer subsídios empíricos a uma análise dos mecanismos de classificação e atribuição de sentidos aos riscos, acionados pelos moradores do Parque Santa Cruz em seus esforços de reinterpretar constantemente a própria condição de moradia, espero que o meu trabalho contribua com os estudos sobre percepção de risco, bem como com as políticas habitacionais voltadas para a regularização fundiária de imóveis em áreas contaminadas por resíduos perigosos.

1) Do lixão ao bairro: uma contextualização do Parque Santa Cruz

Nas ruas e vielas estreitas (por vezes, sem saída) do Parque Santa Cruz, onde hoje vivem cerca de quatro mil pessoas³, não foi difícil me deparar com moradoras e moradores que por lá se estabeleceram com suas famílias ainda no ‘tempo do lixão’. De maneira geral, seus depoimentos dão conta de um período (anos 1970 e início dos 80) em que centenas de famílias oriundas do interior de Goiás e de outros Estados – como Bahia, Maranhão, Ceará, Tocantins, Roraima e Mato Grosso –, e pressionadas pelas precárias condições econômicas em sua terra natal, fizeram parte de um fluxo migratório campo-cidade que se encerrou quando elas se estabeleceram, definitivamente, em diferentes regiões de Goiânia. Porém, na capital, a vida continuou muito difícil. Muitos daqueles moradores tinham, em média, dois ou três filhos, o que implicava um gasto maior com a alimentação e o vestuário. E quase todo o dinheiro que os/as chefes de família conseguiam obter, por meio de atividades de

3 Segundo o Censo Demográfico de 2000 (dados trabalhados pela Prefeitura de Goiânia/Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo/IBGE), o Parque Santa Cruz contava com 3.939 moradores naquele ano.

baixa remuneração e provisórias, mal dava para pagar o aluguel do mês.

Um quadro de diminuição das alternativas habitacionais, desemprego, ausência de assistência e direitos sociais, instabilidade financeira e de crescente pauperização – ou seja, de ‘espoliação urbana’ (Kowarick, 2009) – aguçou as expectativas desses primeiros moradores do Parque Santa Cruz em relação à ocupação do terreno, na época, de propriedade do Estado de Goiás, e que servia como um lixão de Goiânia. Na realidade, desde 1978 um grande número de pessoas começou a tomar posse daquela área, depois que a própria prefeitura retirou quinze famílias de outra ocupação e as encaminhou para o lixão (França, 1983), dando início assim ao chamado Parque (ou Invasão) das Mamoneiras.

Além de inúmeros pés de mamona espalhados por todo o terreno, as primeiras famílias do local se depararam com um espaço constituído por pés de milho, manga, goiaba, limão e outros frutos (utilizados, inclusive, na alimentação diária), mato, minas d’água e toneladas de lixo a céu aberto, despejadas diariamente por caminhões da prefeitura até o ano de 1981. Entre os objetos encontrados no lixão havia muitos resíduos hospitalares, como seringas, agulhas, ampolas e luvas cirúrgicas, mas também havia pneus, objetos de ferro, cobre e alumínio, sacolas e outros materiais plásticos, vidro, restos de alimentos e animais mortos. Em um momento inicial, muitos moradores sobreviveram economicamente graças ao lixo em meio ao qual moravam. Eles o separavam e aproveitavam aquilo que poderia ser vendido. Dessa forma, conseguiam dinheiro para comprar comida e materiais de construção básicos para erguerem uma casa de tábuas, de adobe ou, se as condições financeiras fossem um pouco melhores, de alvenaria.

As impressões guardadas por Arlete, 65 anos, descrevem uma boa imagem das dificuldades de habitar em um terreno onde havia uma enorme quantidade de lixo em decomposição. Ela e seu esposo compraram ‘o direito de um lote’, no antigo lixão, em 1982, e para lá se mudaram com os quatro filhos no ano seguinte.

O problema era a falta de água e a sujeira das ruas, a imundície, que era demais. Ali na baixada da SC-9 [nome de uma rua] empoçava água da chuva, virava uma lagoa. Quando a chuva parava uns dias e o sol esquentava, aí morria aquele tanto de sapo ali dentro e virava carniça pura. Ninguém aguentava o fedor. Era horrível. A gente penou muito com isso aqui. Quando eu cheguei aqui e vi a ‘narquia’ que tava, falei: “Gente do céu! É difícil mudar pra cá desse jeito”. Por conta do lixo. Por causa da lama podre na rua, né. E não teve outra saída. Eu doida pra sair do aluguel, tive que vim (Arlete, entrevista, 30/09/2011, Goiânia).

Nos primeiros anos da ocupação, os moradores do Parque Santa Cruz desenvolveram técnicas próprias a fim de construir suas residências. Em alguns casos, eles contratavam o serviço de funcionários públicos municipais, com acesso a caminhões da prefeitura, que pudessem trazer quantidades suficientes de terra para cobrir o lixo em seus lotes. Contudo, esse recurso não diminuía os obstáculos impostos pela presença dos resíduos; cisternas

eram abertas, mas quando o morador finalmente encontrava o lençol d'água, ela era imprópria para o consumo e para o banho. As residências que eu pude conhecer ao longo da pesquisa de campo, e que hoje em dia apresentam diversas rachaduras nas paredes de diferentes cômodos, são aquelas construídas dessa maneira.



Fig. 1 - Disputando um espaço em meio ao lixo
Imagem disponível em: Diário da Manhã, 1987.
Fonte: SEPLAM (março de 2011)



Fig. 2 - Rachadura em parede
de uma residência
Foto: Arthur Pires Amaral
(março de 2011)

Em outros casos, a confecção da casa própria no antigo lixão demandou um esforço ainda maior. O depoimento de Danilo (62 anos, morador do Parque Santa Cruz desde 1980) retrata bem um segundo modelo de construção de moradia no bairro, caracterizado pela remoção de todo o lixo do lote para, em seguida, depositá-lo em grandes valas onde hoje se encontra a rua em frente ao imóvel. Apesar de ser um procedimento bastante demorado, as casas assim confeccionadas parecem ser aquelas que não, ou pouco, apresentam rachaduras.

Isso aqui era um monte de lixo, sabe? Aqui [em seu lote] não foi escavado pra cobrir o lixo. Eu comprei um carrinho de ferro, uma pá e uma peneira, e fui coando essa terra, esse lixo. Levantava de madrugada, coava um pouco, tomava banho e ia pro serviço. Eu saía do serviço às quatro horas [da tarde]. Chegava aqui e, aí, ia até dez horas da noite coando terra. Aí foi se tornando terra firme, né (Danilo, entrevista, 22/01/2011, Goiânia).

Como se não bastassem os diversos percalços enfrentados pelas famílias do Parque Santa Cruz, ao longo de seus caminhos da terra natal até a ocupação do lixão, mas, também, durante o penoso processo de construção da própria moradia a partir da manipulação dos resíduos, elas ainda se defrontaram com as tentativas de reintegração de posse acionadas pelos governos do Estado e do Município. Na administração do ex-governador de Goiás, Ary Valadão, entre março de 1979 e março de 1983, foi proposta a transferência da população do Parque Santa Cruz, agora classificado como uma 'área de risco', para a

Chácara do Governador – loteamento que estava sendo preparado em um terreno vizinho à ocupação.

Na época, o governo estadual disponibilizou a infraestrutura urbana necessária ao loteamento, prometeu distribuir gratuitamente os lotes da Chácara aos interessados, e se dispôs a conceder empréstimos aos novos moradores para que se fixassem no novo bairro (França, 1983). Mas o desemprego, a instabilidade de uma fonte de renda, os compromissos financeiros assumidos na compra de materiais para a construção de residências no antigo lixão, e a inviabilidade do retorno a uma moradia de aluguel, constituíam fortes motivos para que a maior parte dos moradores do Parque Santa Cruz temesse deixar seus imóveis. A única opção foi, então, permanecer em uma ocupação que já estava se consolidando⁴ e onde já havia a ‘promessa’ – da parte de candidatos a cargos no poder executivo ou legislativo, em períodos eleitorais – de concessão de escrituras aos moradores dos lotes, incluindo a oferta de rede de água tratada e esgoto, asfaltamento das ruas e energia elétrica em todas as residências.

Todavia, as promessas políticas de que o Parque Santa Cruz seria regularizado não sustentavam, por si só, as expectativas dos moradores pela conquista da casa própria. As ameaças de remoção, através do uso de força policial, e o desconforto cotidiano provocado pelo lixo eram realidades difíceis de negociar. Por isso, é importante destacar que a permanência no lixão já habitado se deveu, de modo mais efetivo, à presença de dois grupos locais aparelhados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que atuavam na comunidade – via Associação de Moradores e Comunidade Eclesial de Base – com o objetivo de mobilizar as reivindicações das famílias pela legalização e urbanização da área de posse. Este apoio à população acabou revelando, porém, um mecanismo político que visava à consolidação do Parque Santa Cruz como uma base eleitoral para um dos partidos, de maneira que em momento algum foi proposto um debate coletivo acerca dos possíveis problemas advindos da contaminação pelo lixo⁵, ou apresentada alternativas habitacionais aos moradores.

Após os impasses entre as autoridades públicas, de um lado, e os moradores e aqueles que apoiavam suas demandas (grupos ligados à igreja católica e/ou à militância partidária, advogados, jornalistas e parlamentares), de outro, em setembro de 1985 a então Comissão do Posseiro Urbano⁶ elaborou um projeto definindo normas voltadas ao ordenamento dos lotes, das quadras, ruas e vielas da ocupação, para que o novo bairro ‘Parque Santa

4 Em 1983, o Parque Santa Cruz contava com cerca de 800 famílias (França, 1983). Um ano antes, “os moradores conseguiram do governo a ligação de energia elétrica” (Diário da Manhã, 1987). Quatro anos mais tarde, a população do bairro já girava “em torno de cinco mil habitantes” (idem, 1987).

5 Como infecções de pele, alergias, vômito e diarreia, que parecem ter acometido os moradores (sobretudo as crianças) que mantinham maior contato com os resíduos a céu aberto, ou ingeriam a água contaminada

6 Composta por parlamentares e técnicos, a comissão intermediava as discussões entre os poderes públicos de Estado e município, e as lideranças dos moradores de áreas de posse em Goiânia.

Cruz' fosse definitivamente aprovado. Sem o devido tratamento do lixo aterrado e a descontaminação do terreno, em novembro daquele ano um decreto municipal autorizou, finalmente, a regularização fundiária do Parque Santa Cruz. Dessa forma, tanto o governo estadual quanto a prefeitura de Goiânia passaram a não mais considerar o lixo como uma ameaça à comunidade. Os moradores, agora, podiam permanecer onde estavam.

2) Uma área de risco?

Afirmar de imediato que o Parque Santa Cruz é, ou não é, uma área de risco, sem se deter criticamente nos discursos produzidos acerca da habitação no bairro, seria desconsiderar o caráter polissêmico da própria noção de 'risco'. Ao longo da história, diferentes entendimentos sobre este conceito foram produzidos de forma a atender demandas sociais específicas.

Até o século 19, por exemplo, o termo risco era associado basicamente aos cálculos de probabilidade relativos aos custos e benefícios de um investimento financeiro em negócios incertos; ao empreendimento colonizador de um Estado, que visava ampliar seus domínios políticos e econômicos em terras desconhecidas; ou à mensuração de eventos físicos, químicos e biológicos para que fossem previstos, manipulados e, se possível, controlados em laboratório (Douglas, 1996, p. 22-23).

Durante a Segunda Guerra Mundial, esse conceito adquiriu um forte impulso no vocabulário do campo das engenharias, as quais buscavam elaborar estimativas dos danos provocados pelo manuseio de materiais radioativos, explosivos e combustíveis. Já a partir dos anos 1960, a biomedicina, a toxicologia e a epidemiologia foram responsáveis pela proliferação de estudos voltados para a determinação e avaliação de riscos ligados às práticas médicas e ocupacionais, à saúde pública, tecnologia e à utilização de produtos industrializados (Castiel, 1996).

No panorama mais amplo do século 20, o avanço científico e tecnológico, sobretudo nas áreas nuclear e química, trouxe consigo uma ameaça em escala global à natureza e à vida humana (Beck, 1993; Douglas e Wildavsky, 1983). A poluição da água, do ar e dos alimentos, e as consequências de um desastre ambiental provocado pela produção de energia nuclear, ou pelo armazenamento de resíduos tóxicos, por exemplo, são problemas socioambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais e geracionais. Nesse novo contexto de interações sociais e destruições globalizadas, a necessidade de um vocabulário comum, capaz de traduzir as angústias públicas da sociedade contemporânea diante do medo de acidentes sem limites, trouxe a noção de risco para o âmbito dos debates político e jurídico internacionais, e, também, para o campo de reflexões das Ciências Sociais (Douglas, 1996, p. 23-25). A palavra risco perde agora a sua ênfase quantitativa, em termos da probabilidade de certo evento ocorrer, e passa agora a significar 'perigo' – escapando assim a qualquer

controle preciso e objetivo do cálculo estatístico.

Para além das análises técnicas de risco produzidas pela química, economia, epidemiologia, matemática e pela engenharia, que acabam por abstrair os indivíduos de seus contextos e valores culturais, de seus vínculos familiares, morais e das experiências sociais cotidianas, na década de 1980, as reflexões da antropóloga Mary Douglas e do sociólogo Ulrich Beck começaram a indicar outros caminhos para os estudos sobre percepção de risco. Desde então, não é mais possível ignorar que os riscos e a sua avaliação são construções sociais envolvendo relações de poder entre governantes, uma expertise científica e a população em geral. E mais, que a sua aceitabilidade não pode ser expressa em 'taxas médias' ou 'níveis', mas é antes definida em um processo sociocultural de classificação e seleção de riscos (Freitas, 2006; Castiel, 1996).

Com base nesta perspectiva teórica, pude analisar as divergências entre as percepções de risco de atores políticos e técnicos envolvidos, direta ou indiretamente, no debate sobre a moradia no Parque Santa Cruz, ao longo de seu processo de formação.

Pesquisando as notícias relacionadas ao bairro em jornais de Goiânia, no período entre 1983 e 2011, verifiquei uma polifonia assumida pela noção de risco, de tal forma que foi possível identificar dois tipos de posicionamentos contrários em relação ao 'habitar sobre o lixo'. Um deles justifica-se por meio de argumentos médico-sanitários, definindo o Parque Santa Cruz como uma 'área de risco' que jamais deveria ter sido habitada. Já o outro se justifica a partir de argumentos socioeconômicos, segundo os quais as precárias condições financeiras da população representariam um perigo superior à enorme quantidade de lixo em decomposição aterrado no local. Como esses distintos pontos de vista estariam articulados aos interesses políticos de seus autores? Vejamos.

Em uma entrevista concedida ao jornal *Diário da Manhã*, em janeiro de 1983, o engenheiro Homar Rassi, pessoa autorizada pelo governo estadual a negociar a transferência dos moradores para a Chácara do Governador, justificou essa decisão:

[...] tenho consciência da necessidade de se retirar aquela população de cima do lixo. [...] As entidades que oferecem apoio a essa população no sentido de ficar lá – de certa forma sem conhecer o problema – não percebem o risco de contaminação a que estão expondo aquelas famílias. [...] Ninguém tem a condição de definir a hora do risco. [...] a recomendação para o aproveitamento do solo de um aterro sanitário é de 15 anos depois de sua desativação, quando [...] é feito corretamente. O que não se sucedeu com esse aterro. Não posso definir a intensidade dos riscos que corre esta população, mas que eles existem, tenho certeza (França, 1983).

Em outra passagem, Homar Rassi faz uma denúncia contra determinados grupos que defendiam a permanência dos moradores no lixão. Contextualizando: estamos aqui no início de 1983, em plena época de transição política, quando o então governador Ary Valadão passaria o cargo (em março) ao candidato de oposição Iris Rezende Machado.

Na campanha eleitoral de 1982, este havia prometido regularizar todas as áreas de posse urbana da capital, caso fosse eleito, entre elas o Parque Santa Cruz. Durante as tentativas de remoção dos moradores, especialistas vinculados ao Sindicato dos Engenheiros (SE) e à Associação Médica de Goiás (AMG) apresentaram pareceres técnicos e argumentos que, segundo eles, comprovariam as condições favoráveis de habitação naquele terreno, apesar das toneladas de lixo ali presentes.

O estudo realizado pelo [SE], acompanhado de uma análise físico-química e de um exame bacteriológico da água feitos pela Saneago [Empresa de Saneamento de Goiás S.A.], conclui que “pequenos investimentos poderão recuperar integralmente a área, reabilitando-a e adequando-a para uma possibilidade de ocupação com maior nível de conforto e segurança”. Ivan Magalhães de Araújo Jorge, presidente do [SE], defende a permanência dos invasores na área. [...] Ele] disse conhecer bem a área e, por isso, acredita que a atividade de fermentação do lixo já ultrapassou o período médio, “reduzindo consideravelmente os efeitos nocivos do aterro desativado há mais de dois anos” (França, 1983).

Elias Rassi Neto, da Comissão de Saúde da [AMG] [...] ressaltava que resolvidos esses problemas de solução simplificada [o tratamento do lixo e a descontaminação daquela área], as condições econômicas e de moradia teriam influência superior aos fatores diretamente ligados à saúde destas famílias. [...] o médico conclui que embora o bairro apresente condições precárias de moradia, a mudança para outro local só deveria ocorrer se não onerar mais ainda estas famílias (França, 1983).

Para além do profissional da engenharia ou da medicina, Ivan Magalhães e Elias Rassi eram pessoas com fortes vínculos políticos no PMDB, partido do próximo governador. Daí Homar Rassi levantar suspeitas sobre intensão real desses dois especialistas em defender a não retirada dos moradores do Parque Santa Cruz. Para ele, as conclusões indicando a baixa intervenção do lixo sobre a saúde e a habitação daquelas famílias não permitiam entrever a criação de medidas que permitissem a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Elas buscavam, antes, fundamentar o compromisso de Iris Rezende de legalizar e urbanizar a ocupação, e, em outro momento, permitiam que seus autores pudessem vislumbrar uma assessoria e mesmo um cargo de terceiro ou quarto escalão na nova administração estadual⁷.

De lá para cá, pouca mudança houve em relação à influência partidária nas políticas habitacionais voltadas ao Parque Santa Cruz. Afirmando isto após meu encontro com Diogo Paixão (em novembro de 2010), ex-gerente de regularização fundiária da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB). Seu depoimento revelou um contexto no qual os governos do Estado e do Município estariam funcionando como sistemas peritos que se utilizariam da

⁷ A este respeito ver França (1983).

moradia como uma moeda de troca – legalizar para conseguir o maior número de votos – e, portanto, não colocariam em questão a presença de riscos nas áreas beneficiadas. Enquanto uma ferramenta institucional do poder estadual, a AGEHAB poderia então estar se valendo da autoridade de seu conhecimento *expert* para negar, *a priori*, o risco de moradia no Parque Santa Cruz, com base em determinações eleitorais, e não em critérios científicos.

Oficialmente, os técnicos da AGEHAB não reconhecem os problemas decorrentes da desestruturação de imóveis do bairro e, também, da contaminação do solo e da água encanada no Parque Santa Cruz. A concessão de títulos de propriedade às famílias que ainda não têm a escritura de seus imóveis ocorre sem a elaboração de um projeto voltado ao tratamento do lixo, ao monitoramento da fundação das edificações e à assistência médica dos moradores. Além disso, o Ministério Público de Goiás e a Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA), que deveriam ser os principais agentes na fiscalização do processo de regularização do bairro, tornaram-se os seus principais colaboradores.

Apesar de a AMMA ser uma das instituições a ter autorizado tal procedimento, em dois momentos seus representantes se posicionaram contrariamente à ocupação de qualquer área que já tenha sido um depósito irregular de lixo. Em 2006, a bióloga e chefe da Divisão de Pesquisas e Projetos da antiga Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Geórgia Ribeiro Silveira, alegou que “a urbanização desses espaços, com parcelamento de lotes para moradia, não é indicada do ponto de vista ambiental e da saúde da população. [...] O terreno jamais deveria ter sido habitado” (Assis, 2006). Já em abril de 2010, Ramiro Menezes, na época gerente de monitoramento ambiental da AMMA, apresentou a sua opinião acerca da situação do Parque Santa Cruz:

A água de um lugar desses não pode ser usada. É preciso de um monitoramento constante da qualidade do líquido. [...] Para resolver o problema não basta cobrir o lixo com terra, [é] preciso retirar o material e fazer uma descontaminação do local. Não é possível construir sobre uma área dessas da forma como ocorreu [no] Parque Santa Cruz [...]. É um risco constante para o meio ambiente e para a saúde (Marcos, 2010, p. 6).

Por outro lado, um levantamento realizado pelo Comando de Operações de Defesa Civil/Corpo de Bombeiros, em Goiânia, mostrou que em 2010 existiam dez áreas de risco na capital, correspondentes a um total de 775 pessoas vivendo em 187 moradias (Barbosa, 2010). Entretanto, o Parque Santa Cruz não figura nessa lista, pois ela indica apenas as áreas sujeitas à ação das águas, onde se encontram casas construídas em beiras de rios e córregos, ou próximas a erosões.

E os moradores do Parque Santa Cruz, quais explicações eles dão aos efeitos do lixo em decomposição? Juntamente com a falta de alternativas habitacionais e as baixas condições econômicas, as percepções de risco dos entrevistados estão articuladas às decisões incoerentes dos agentes políticos com respeito à viabilidade ou não da instalação de

infraestrutura urbana no bairro.

No início da ocupação, além de classificar o Parque Santa Cruz como uma área de risco, o poder público justificou a não permanência dos moradores através da suposta impossibilidade tecnológica de atendê-los com obras de saneamento básico e asfalto, por conta das características particulares do terreno. Todavia, com o passar dos anos, a população assistiu à legitimação do 'habitar sobre o lixo' pelos governos locais, cujas ações acabaram contribuindo para a formação de suas representações sobre essa condição de moradia. Ações estas que começam em 1982, quando a companhia de eletricidade levou a rede de energia às casas do antigo lixão. Já em 1987, o bairro contava com sistema de água tratada, e as tubulações da rede de esgoto tinham sido instaladas, embora ainda não coletassem o esgoto doméstico, que corria a céu aberto (Diário da Manhã, 1987). Na gestão do ex-prefeito de Goiânia, Darci Accorsi (1993-1996), deu-se início ao asfaltamento de todas as ruas do Parque Santa Cruz. Atualmente, o bairro conta com coleta regular de lixo, transporte público, um colégio estadual e diversos estabelecimentos comerciais. Inclusive, as próprias sedes da Agência Goiana de Comunicação e da Secretaria Estadual de Saúde foram construídas na gleba localizada no limite noroeste do bairro (ver mapa 1, acima).

Na indefinição do quão segura é a moradia no lugar e, ainda, devido aos conhecimentos e técnicas desenvolvidos no lidar diário com uma situação de habitação bastante adversa, os moradores desenvolveram causas razoáveis diversas para o aparecimento de rachaduras na estrutura de muitos imóveis do Parque Santa Cruz, sem que a decomposição do lixo faça parte do esquema explicativo. Assim, a parede de determinada casa é toda rachada porque “às vezes fura a encanação. Daí vai lavando a terra que tem [por baixo dela]. A água forma um buraco” (Danilo); “tem uma pedreira aqui perto do Santa Cruz” (Miguel, 78 anos); “as pessoas não cuidam da casa, [pois] não têm condições [financeiras]. Então a casa não tem estrutura. Vem uma chuva e leva. Mas não é por causa do lixão, não” (Lorena, 30 anos).

Por trás das explicações alternativas parece estar a ideia de que o lixo foi controlado pelos próprios moradores, de maneira a não mais oferecer riscos para eles. Controle que se dá, primeiramente, no aterramento dos resíduos – a terra já “comeu” (Luiz, 78 anos) muito do que tinha. Depois, através de uma fundação reforçada, “bem feita” (Miguel), com muito cimento e ferro, cujos alicerces pegam (se possível) a “terra firme” (Diogo). Enfim, nos recursos técnicos disponíveis que as pessoas lançam mão a fim de ir “corrigindo” (Luiz) a casa, à medida que as rachaduras comprometem seriamente a sua estrutura.

3) Manipulando os estigmas

No começo do trabalho de campo no Parque Santa Cruz, minhas perguntas priorizavam, entre outras coisas, os caminhos percorridos pelos moradores mais antigos do lugar, desde a saída da terra natal até a transformação da ocupação em bairro; os contextos

e experiências que sugeririam uma habitação urbana altamente espoliativa; suas impressões e reações frente a um cenário delineado por montanhas de resíduos a céu aberto; as maneiras como eles lida(ra)m com os danos à estrutura de suas casas e, também, atribuem significados diversos à moradia sobre o lixo e aos possíveis riscos daí derivados. Porém, as narrativas dos entrevistados me indicavam que a maior fonte do risco ali percebido, atualmente, não era o lixo, mas sim a violência gerada pelo comércio de entorpecentes no bairro, responsável por vários assassinatos de jovens moradores desde o final dos anos 1990.

Eu sempre lhes perguntava: “É perigoso morar aqui no bairro, por causa do lixo aterrado?”. Mas ao contrário do que eu supunha inicialmente, ouvi repetidas vezes: “Não acho que é perigoso morar aqui”; “Nunca aconteceu nada comigo. Se tivesse que acontecer alguma coisa, já tinha acontecido”. Foi necessário, assim, formular outra questão: “Se o lixo não é perigoso, então o que mais preocupa os moradores do bairro?”. Neste momento das entrevistas, suas respostas eram unânimes e ditas com reservas, acompanhadas por um olhar atento e desconfiado ao redor, para ver se ninguém mais nos observava: “São as drogas, com certeza”, “É essa matança aí”. É, principalmente, a possibilidade de ver os filhos “mexendo com coisa errada”, ou seja, consumindo ou traficando drogas.

A recorrência dessa preocupação exigiu uma ampliação de minhas abordagens sobre as percepções de risco dos moradores. Inevitavelmente, eu tinha que captar em suas falas não apenas as histórias a respeito do lixo, mas, também, aquelas que enfatizassem o medo de muitas famílias do Parque Santa Cruz relativo à violência urbana. Este temor estaria articulado à construção e seleção de riscos no bairro, de forma que o lixo em decomposição e os efeitos desse processo deixassem de ser considerados como ameaças à comunidade? Como analisar esta situação em um contexto em que quase todos os entrevistados, ou seus familiares residentes no bairro, jamais sofreram qualquer tipo de agressão física por parte de usuários e traficantes de drogas? A saída encontrada para esse aparente impasse ocorreu quando busquei uma melhor elaboração do conceito de ‘perigo’. Para essa tarefa, recorri à Teoria Cultural desenvolvida pela antropóloga Mary Douglas em obras como *Pureza e Perigo* (1991), *Risk and Culture* (1983; escrita juntamente com o cientista político Aaron Wildavsky) e *Risk and Blame* (1996), nas quais ela aborda os processos de construção e aceitabilidade de riscos, por meio de um tratamento da noção de ‘impureza’.⁸

Partindo de suas interpretações acerca das prescrições alimentares dos antigos Israelitas, Mary Douglas discute como as nossas concepções sanitaristas de pureza são, também, simbólicas, já que as coisas nunca são impuras em si mesmas, mas são assim classificadas por não estarem em seu lugar apropriado, o qual foi previamente definido no interior de um sistema cultural que ordena os elementos da natureza e os distingue (Douglas, 1991, p. 49-50). Entretanto, a definição de impureza está além de um problema de localização das coisas no interior de um sistema de classificação. Estar ‘fora de lugar’ é, sobretudo, uma ofensa a uma ordem moral que identifica as coisas inadequadas aos modos

8 Baseadas em práticas de higiene adquiridas com os conhecimentos da bacteriologia e da patologia médica

de vida mais caros a um modelo sociocultural específico. Dessa forma, impuros poderão ser as pessoas, os animais, os objetos e as atitudes que não estão apenas deslocados, mas que não **deveriam permanecer** nessa condição. Será preciso então diferenciá-los e separá-los do restante do grupo. Uma vez inserida na dimensão moral e no debate político, constituidores do tipo de sociedade que se deseja ter, a impureza passa a ser perigosa (Douglas, 1991).

Sob esta óptica, Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1983) procuraram entender as causas do surgimento de inúmeros grupos ambientalistas nos Estados Unidos dos anos 1960 e 70, que identificavam na poluição gerada pelas atividades de usinas nucleares e de indústrias químicas, ou petrolíferas, as principais fontes de perigo ao meio ambiente. Uma das questões que os autores se colocavam era a seguinte: por que a população americana começou a priorizar, súbita e amplamente, os riscos ambientais e tecnológicos neste momento específico de sua história, e não em um período anterior, já que os efeitos nocivos dessas atividades industriais já eram bastante conhecidos?

Novamente a antropóloga recorre às suas interpretações sobre as crenças em poluição (*pollution beliefs ou danger beliefs*), para mostrar que a investigação dos tipos particulares de perigos, de riscos, coletivamente definidos e classificados, deve levar em conta uma análise dos valores morais priorizados na sociedade estudada. Daí a importância de identificar o contexto social vivido pelos estadunidenses naquele intervalo de tempo.

Segundo os autores, uma série de eventos traumáticos marcou a história dos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 70: a eclosão de um amplo movimento pelos direitos civis; os diversos protestos estudantis; a derrota militar de seu exército na guerra do Vietnã e o escândalo político no mais alto escalão do poder federal – o caso Watergate –, provocando a renúncia do então presidente Richard Nixon. Acrescente-se a isso o declínio da hegemonia econômica dos Estados Unidos no mundo, conquistada desde o fim da Segunda Guerra (Wuthnow et al., 1984, p. 96). Todos esses acontecimentos acabaram gerando um colapso tanto da autoconfiança dos cidadãos quanto do respeito depositado por eles em suas principais instituições. Os políticos, bem como a ciência e a tecnologia – esferas nas quais os primeiros têm um enorme poder decisório –, começaram a ser duramente criticados, sendo percebidos agora não como garantidores da segurança nacional, mas sim como fontes de risco (Douglas; Wildavsky, 1983).

Um tipo moderno de bode expiatório (*scapegoat*), sobre o qual seria atribuída a culpa dos males que a sociedade era vítima, fora enfim criado: as indústrias relacionadas à poluição do meio ambiente, mas que, simbolicamente, poluíam (colocavam em perigo) a identidade estadunidense, tornando incerto o futuro da nação.

Em que medida as reflexões de Mary Douglas contribuíram para a minha análise dos perigos percebidos pelos moradores do Parque Santa Cruz, em suas experiências no bairro? Em primeiro lugar, elas indicaram que as percepções de risco não se ligam apenas à realidade material, tangível, da vida cotidiana, expressa seja em rachaduras de paredes ou nos gases tóxicos emitidos pelas indústrias, por exemplo. Depois, revelam a existência

de valores morais compartilhados coletivamente por um grupo, os quais orientam seus membros a lidarem com as relações sociais classificadas como ‘perigosas’ – isto é, relações que ameaçam seus padrões de vida “digna”, “boa” e “correta” (Douglas, 1986, p. 82).

Tornava-se necessário, então, identificar esses valores no contexto de minha pesquisa de campo. Por meio deles, os entrevistados manipulam e classificam tudo aquilo que se pensa sobre e se faz no Parque Santa Cruz, com o objetivo de afastar pessoas e representações que, de algum modo, mancham a identidade assumida pela maioria dos habitantes do bairro.

Procurando entender o medo relacionado às drogas, os entrevistados me fizeram entrever uma dimensão da violência que se realiza não diretamente nos assassinatos e no uso de entorpecentes centrados no bairro, mas antes em ‘estigmas’⁹ que recaem sobre todos aqueles que vivem no lugar, independentemente se são ‘pessoas de família’, ‘moradores de bem’ ou ‘bandidos’. De seu ponto de vista, a discriminação sofrida provém de um duplo olhar externo: o dos habitantes de bairros vizinhos como o Parque das Laranjeiras, a Chácara do Governador e o Parque Atheneu, e, sobretudo, o da mídia goianiense. Esta irá reforçar o preconceito local e difundi-lo nos outros planos da vida social dos entrevistados, como o seu ambiente de trabalho ou de lazer. Para as duas visões, a representação é uma só: o Parque Santa Cruz é um ‘lugar perigoso, onde ninguém presta’.

Se você falar que mora no Santa Cruz, você não arruma nem emprego. Se falar, eles dispensam. Teve uma vez que eu arrumei um emprego, comecei a trabalhar. Não tinha falado onde morava, não. Quando eu preenchi a ficha, que eu disse onde morava, no outro dia eles me dispensaram. [... O pessoal dos bairros vizinhos acha que] não tem ninguém que presta aqui. Todo mundo que mora aqui mexe com droga, é traficante, é bandido, é assaltante, rouba (Nadir, 58 anos, entrevista, 12/02/2011, Goiânia).

O imaginário social que categoriza o Parque Santa Cruz como um bairro perigoso está totalmente dissociado dos acontecimentos nele presentes? De acordo com as narrativas dos entrevistados, é entorno dos assassinatos que se fundamentam as ideias acerca de uma periculosidade generalizada que marca o lugar. Portanto, não haveria uma correlação entre a construção social de seu estigma e, por exemplo, os índices de homicídios registrados ali?

Bem, se tomarmos estes índices e compará-los aos de bairros vizinhos, veremos as estatísticas confirmarem a percepção ‘estrangeira’ de que o Parque Santa Cruz é, sim, o bairro mais violento daquela redondeza. Baseio-me aqui nos registros de boletins de ocorrências (BOs) policiais, relativos a crimes ocorridos na região Sudeste de Goiânia, entre os anos de 2006 e 2010¹⁰. A análise das informações contidas nestes dados aponta para

9 A este respeito ver Goffman (1982).

10 Os arquivos digitais contendo esses dados foram fornecidos ao projeto de pesquisa Violência Urbana no Estado de Goiás (2006-2009), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Dalva Maria B. L. Dias de Souza (Faculdade de Ciências Sociais/

alguns resultados bastante relevantes.

Considerando o número total de homicídios (57) registrados na região Sudeste da capital¹¹ naquele período, aproximadamente 51% dos assassinatos (29) ocorreram somente no Parque Santa Cruz. Apesar de a população do bairro (3.939) ser a terceira maior do conjunto considerado, inferior apenas à do Parque das Laranjeiras (4.498) e à do Parque Atheneu (16.681), comparativamente a esses dois outros bairros, de 2006 a 2010, o índice de homicídios no Parque Santa Cruz foi 29 vezes superior ao do primeiro e 193,4% maior que o do segundo. Além disso, todas as mortes registradas no Parque Santa Cruz foram provocadas por armas de fogo, em circunstâncias nas quais os assassinos efetuaram vários disparos à queima-roupa. Embora a motivação do crime precariamente conste nos Boletins de Ocorrência, há várias indicações de que as vítimas – em sua maioria jovens entre 15 e 25 anos de idade – fossem usuárias e/ou traficantes de drogas (crack, merla e cocaína, por exemplo) na região.

Apesar do empenho de vários moradores para que a realidade social do Parque Santa Cruz se modifique, assim como a ‘má reputação’ do lugar, eles não estão livres das ocasiões em que se veem impelidos a manipular a sua ‘identidade deteriorada’ (Goffman, 1982). O objetivo é transformar o estereótipo construído pelos moradores vizinhos ao bairro, ou pela mídia, que os coloca no papel de criminosos em potencial. Na contingência de uma conversa, com o gravador digital ligado, notei que os entrevistados procuraram elaborar certas imagens que desviavam o seu atributo desqualificador do centro das informações a respeito de suas identidades. Através de quais representações esse moldar a imagem de si e, imediatamente, a do bairro, foi expresso nas falas registradas no Parque Santa Cruz?

Aqui eu recorro a outro conceito: ‘*lo barrial*’, trabalhado pelo antropólogo argentino Ariel Gravano em sua etnografia nas *villas miseria* de Buenos Aires (Gravano, 2009). A noção de ‘*lo barrial*’ contempla tanto uma dimensão material, cujo referente se encontra no espaço físico da cidade, conhecido como bairro, quanto uma dimensão simbólica, definida por um conjunto de valores morais compartilhados pelas pessoas ao longo de suas experiências acumuladas no espaço de moradia. Tais valores aparecem no discurso dos moradores através de um conjunto de expressões e adjetivos, que indicam uma idealidade das relações sociais a serem construídas e mantidas no bairro onde se deseja viver.

Do mesmo modo, os entrevistados destacaram o quanto o Parque Santa Cruz é um bairro ‘tranquilo’, ‘família’, ‘onde todo mundo se conhece’, ‘de pessoas pobres, mas solidárias e honestas’. Todos esses valores morais dão sentido e fundamento a uma identidade manifesta inúmeras vezes nos depoimentos, sempre que o assunto drogas entrava em cena: a de ‘trabalhador’. Na dimensão de *lo barrial*, os riscos passam a ser associados aos indivíduos, às práticas e circunstâncias que, simbolicamente – sem ter havido qualquer atrito físico

Universidade Federal de Goiás). Agradeço sua gentileza em tê-los disponibilizado para a minha etnografia.

11 Em um universo composto por sete bairros: Parque Santa Cruz, Chácara do Governador, Parque das Laranjeiras, Parque Atheneu, Parque Flamboyant, Conjunto Fabiana e Parque Acalanto.

anterior –, ameaçam os projetos e a imagem do ‘cidadão de bem’. Assim, ao contrário do julgamento realizado pelo olhar externo, responsável por ‘misturar todo mundo’, os entrevistados vão construir suas identidades em oposição à do ‘bandido’, ‘malandro’ ou ‘mala’¹².

Em um primeiro instante, a distinção entre esses dois papéis sociais é tão forte que se joga a origem da violência para fora dos limites espaciais do Parque Santa Cruz: “É o traficante de outro bairro que entra e mata, por conta de rixa ou de dívida [de droga]” (Daiane, 21 anos). Entretanto, os assassinatos não ocorrem, sobretudo, porque entre os moradores do bairro há aqueles que traficam e/ou consomem drogas? Com referência ao bairro enquanto unidade territorial, de fato existem os malandros de *acá* (expressão retirada de Gravano, 2009), pois é no Parque Santa Cruz onde alguns deles residem e se ocupam de suas atividades ilegais. Mas, para os entrevistados, os bandidos e as vítimas dos homicídios fazem/fizeram ‘coisa errada’. E os resultados dessa ação repercutem mal na (boa) imagem do trabalhador e de seu lugar de moradia. Daí os ‘bandidos’ do bairro – relativamente aos valores morais – serem considerados, ao mesmo tempo, personagens que *non son de acá*.

Vemos, portanto, a expulsão desse tipo de (mau) morador do paradigma de *lo barrial* (Gravano, 2009, p. 143-144, 235-236), transformando-o num outro ‘de fora’, perigoso e estigmatizado, que vive em um Parque Santa Cruz violento e percebido – sem contradição alguma – como diferente daquele bairro ‘sossegado’, onde habitam os ‘cidadãos de bem’.

O lixo e o passado ainda dão as caras

Familiarizado com a evidente preocupação dos entrevistados com o comércio de entorpecentes e os assassinatos no Parque Santa Cruz, comecei a perceber os riscos ligados ao lixo em decomposição como uma ameaça menor, quando comparada à violência no bairro. De tal forma a afirmar em meu diário de campo que:

Os moradores minimizam ou, mesmo, ignoram uma provável contaminação da água e do solo e, também, os problemas na estrutura de suas casas. Pois, como pode ser o lixo ‘perigoso’, se foi através dele que muitos conquistaram seus direitos à cidade de Goiânia? O risco estaria associado às relações sociais que ameaçam seus ideais de vida digna e correta, construídos pelos moradores durante sua difícil trajetória até o/no Parque Santa Cruz (Trecho de Caderno de Campo).

Esta consideração preliminar não estava totalmente incorreta, porque ela é um produto de minha convivência com os entrevistados. Atuando como um pesquisador inserido naquela realidade, não havia como estar fora dos conflitos relacionados às variadas definições da habitação no bairro. Porém, tal situação revelava a necessidade de uma crítica a minha própria análise dos processos de construção, seleção e aceitabilidade de riscos no

12 Ver Zaluar (2002, p. 13, 87-89 e 167-168) a propósito de Cidade de Deus.

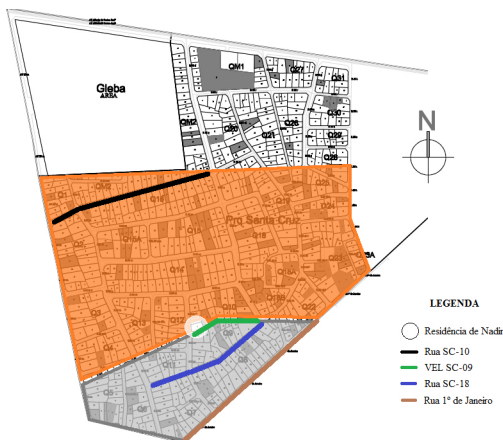
Parque Santa Cruz. Era preciso promover um ‘estranhamento’¹³ das percepções de risco dos entrevistados para, então, questionar a minha própria percepção dos efeitos persistentes do lixo sobre a estrutura de suas casas.

É que o lixo se mostrou perigoso por outros meios, não imediatamente expressos na desestabilização da fundação dos imóveis, em uma possível contaminação da água encanada, ou na formação de gases inflamáveis sob a superfície. Ao me deter mais vezes nas falas dos entrevistados, pude reconhecer outras duas identidades vinculadas ao Parque Santa Cruz, evocando dessa vez a irregularidade da forma como se deu a sua ocupação, a condição de pobreza dos moradores e a disposição espacial autoproduzida de seus lotes, quadras, ruas e vielas. Apesar de ser um loteamento urbanizado e juridicamente reconhecido desde 1985, os termos ‘invasão’ e ‘favela’ reaparecem, ainda hoje, para trazer as origens do bairro às lembranças dos moradores. Esses termos agregam toda uma série de imagens cuja intenção é, mais uma vez, contestar o estatuto do Parque Santa Cruz como um lugar onde se pode viver com segurança.

Na perspectiva dos entrevistados, os riscos de viver em uma área que já foi ‘lixão’ e ‘favela’ se ligam aos preconceitos que associam as características dos resíduos em decomposição, a precariedade e a ilegalidade das condições de moradia, ao caráter dos moradores do bairro. Daí Arlete denunciar: “[vivem] falando que o povo daqui era uma ‘pudriquera’, tudo uma sujeira”. Ou como disse Márcia (51 anos, vive no Parque Santa Cruz desde 1979): “O pessoal daqui era considerado gado, né. O gado do Santa Cruz”. Mas vale ressaltar que esse tipo de associação não ocorre apenas naquele lugar. Seja em Goiânia, São Paulo ou Buenos Aires, o imaginário social e sua expressão midiática elaboram um conjunto de termos-síntese discriminatórios, que define os habitantes das áreas de posse urbana como delinquentes, vagabundos, promíscuos, desordeiros, preguiçosos, vadios e imorais (Kowarick, 2009, p. 85, 91, 151-152, 224, 268, 273; Gravano, 2009, p. 26-28, 188-192).

Reagindo a minha presença em campo como alguém que tocava em assuntos bastante delicados para os moradores e, inevitavelmente, expunha seus estigmas, os entrevistados promoviam uma remoção simbólica do lixo aterrado sob o lote ocupado, de maneira a jogá-lo sempre ‘para lá’ e afastá-lo ‘daqui’. Para ilustrar essa outra forma de manipulação da identidade deteriorada (Goffman, 1982), trago o mapa 2 abaixo. Nele exemplifico como a localização do lixo pode ser alterada ao longo dos limites do bairro. Sua elaboração se deu a partir das lembranças de Nadir, moradora do Parque Santa Cruz desde 1981, quando ainda havia no terreno uma enorme quantidade de resíduos a céu aberto.

13 A este respeito ver Magnani (1984, p. 10).



Mapa 2: Abrangência do lixo, conforme Nadir

Fonte: AGEHAB (outubro/2010). Modificado pelo autor.

Inicialmente, a percepção de Nadir situava o lixo numa região delimitada pelo polígono cinza no mapa 2, abarcando no sentido Norte-Sul a viela SC-09 (linha verde) e as ruas SC-18 (azul) e 1º de Janeiro (marrom), respectivamente. Na medida em que eu insistia no assunto, o lixo começou a abranger outra área ainda maior, representada pelo polígono laranja. No sentido Sul-Norte, os resíduos agora começavam a subir: viela SC-09 -> rua SC-10 (preto) -> até o limite sul da gleba, onde estão localizadas as sedes da Agência Goiana de Comunicação e da Secretaria Estadual de Saúde. Contudo, apesar de afirmar que há resíduos aterrados nessas áreas, para Nadir “aqui onde eu estou [o círculo branco indica o seu lote] não tem lixo, porque era o caminho onde o caminhão [que trazia os resíduos] passava”.

Quase três décadas após a legalização da área de posse, os moradores do Parque Santa Cruz conseguiram se dissociar dos estigmas que colocam em risco as suas representações positivas do lugar onde vivem? Provavelmente, não. A presença destes estigmas se faz sentir ainda, por exemplo, no depoimento de Arlete, quando ela me contou aborrecida que a sogra de um de seus netos, ao insultá-lo, o chamou de favelado. Ou mesmo, na seção de comentários a respeito de um vídeo postado por outro morador no *YouTube*¹⁴ – mostrando com orgulho uma parte de seu bairro –, onde se lê que ‘aí [o Santa Cruz] é favela’.

Considerações finais

A partir de uma etnografia no Parque Santa Cruz, em Goiânia (GO), este artigo procurou mostrar, entre outras coisas, alguns desafios metodológicos que os estudos sobre percepção de risco apresentaram a mim, enquanto pesquisador inserido na realidade social

14 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=iRv6ZeYhuM8>> Acesso em: 15 set. 2011

dos moradores daquele bairro. Desafios inerentes ao próprio trabalho de campo, mas que também estão relacionados aos diferentes sentidos atribuídos ao conceito de 'risco'.

Vimos que uma abordagem antropológica do tema deve estar atenta aos processos culturais de construção, seleção e aceitabilidade de riscos, vinculados diretamente a contextos sociais específicos e a motivações subjetivas, morais e políticas. Por fim, como resultado e expressão desses processos, são criadas pelos indivíduos representações, classificações e distinções de maneira a efetivamente, ou simbolicamente, afastar qualquer ameaça que conteste uma identidade reivindicada e/ou o pertencimento a um determinado espaço urbano.

Referências

- AMARAL, Arthur P. **Em meio ao lixo, a riscos e estigmas**: construindo um lugar chamado Parque Santa Cruz. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- BECK, Ulrich. **Risk Society**: towards a new modernity. London: Sage Publications, 1993 [1986].
- CASTIEL, Luis D. Vivendo entre exposições e agravos: a teoria da relatividade do risco. **História, Ciências e Saúde** – Manguinhos, vol. III, n. 2, jul./out. 1996, p. 237-264. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701996000200003> Acesso em: 20 out. 2012
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Trad. Sônia Pereira da Silva. Lisboa, Edições 70, 1991 [1966]. (Coleção Perspectivas do Homem, n. 39)
- _____. **Risk Acceptability According to the Social Sciences**. New York: Russell Sage Foundation, 1986. (Social Research Perspectives: occasional reports on current topics; 11)
- _____. **Risk and Blame**: essays in cultural theory. London: Routledge, 1996 [1992].
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture**: an essay on the selection of technological and environmental dangers. Berkeley: University of California Press, 1983 [1982].
- FREITAS, Carlos M. de. A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In: SISINNO, Cristina Lucia S.; OLIVEIRA, Rosália M. de (orgs). **Resíduos Sólidos, Ambiente e Saúde**: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 111-128.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de M. L. Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. (Coleção Antropologia Social)
- GRAVANO, Ariel. **Antropología de lo barrial**: estudios sobre producción simbólica de la vida urbana. Buenos Aires: Espacio, 2009 [2003]. (Colección Ciencias Sociales)
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- MAGNANI, José G. C. **Festa no Pedaco**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WUTHNOW, Robert et al. The cultural anthropology of Mary Douglas. In: _____. **Cultural analysis: the work of Peter L. Berger, Mary Douglas, Michel Foucault, and Jurgen Habermas**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1984. p. 77-132.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002 [1985].

Fontes:

ASSIS, Deire. Um bairro inteiro sobre o lixo: casas de bairro que nasceu sobre depósito de rejeitos, inclusive hospitalar, apresentam várias rachaduras. **O Popular**, Goiânia, 21 de outubro de 2006.

BARBOSA, Rusembergue. Áreas de risco: dívida social que envergonha. **Diário da Manhã**, Editorias/Opinião, Goiânia, 19 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/#!/230776>>. Acesso em: 9 ago. 2011

DIÁRIO DA MANHÃ (autoria não identificada). Moradores têm pressa na ligação do esgoto. **Bairros** – Parque Santa Cruz. Goiânia, 28 de novembro de 1987.

FRANÇA, Lisa. O dilema dos moradores no Santa Cruz. **Diário da Manhã**, Goiânia, 23 de janeiro de 1983.

MARCOS, Almiro. Mais de 5 mil pessoas moram sobre lixões na Grande Goiânia. **O Popular**, Goiânia, 10 de abril de 2010.

Recebido em 07/08/2012

Aprovado em 05/09/2012